CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

GIRO



Caio Henrique Salgado
caio.salgado@opopular.com.br

Outra direção

Para deputados estaduais, o governo estadual, que cita o Plano Mansueto na ação movida para deixar de pagar dívidas, dá sinais de que pode desistir do Regime de Recuperação Fiscal.

Dose errada

Paulo Trabalho (PSL), que se diz membro "fiel" da base de Ronaldo Caiado (DEM), aponta que a Assembleia "está decidida" a não aprovar o RRF e o governo já percebeu isso. "Acho que o regime não é necessário. As medidas são muito duras. É como matar uma formiga com bomba atômica."

Projetos ficam em segundo plano

Especificamente em relação ao Plano de Recuperação, o líder do governo assegurou que essas matérias complementares não serão enviadas à Assembleia de imediato

Especial para O Hoje



Bruno Peixoto disse que projetos serão debatidos com todos os atores envolvidos, nas esferas do Executivo, Legislativo e Judiciário

O governo do Estado somente enviará à Assembleia Legislativa os projetos complementares referentes à confecção do Plano de Recuperação Fiscal do Estado após intensa discussão com os demais poderes, o Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunais de Contas, disse ao O Hoje o deputado Bruno Peixoto (MDB), líder do governo na Assembleia.

Mesmo sem data ainda definida para encaminhamento dessas matérias à Assembleia, Bruno Peixoto disse que a posição manifestada pelo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), Humberto Aidar (MDB), de priorizar os projetos de iniciativa dos deputados, e não mais os de iniciativa do Executivo não preocupa o Palácio das Esmeraldas. "Os projetos do governo são em menor número do que os de autoria dos deputados", afirmou.

Especificamente em relação ao Plano de Recuperação, o líder do governo assegurou que essas matérias complementares não serão enviadas à Assembleia de imediato. A elaboração das propostas, segundo Bruno Peixoto, será resultado de debates com todos os atores envolvidos, nas esferas do Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como órgãos como o MP e cos Tribunais de Contas do estado e dos Municípios.

Pela liminar concedida pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), permitindo ingresso do Estado no RRF, o governo terá prazo de seis meses para enviar ao Ministério da Economia o competente pedido de adesão, com o respectivo Plano de Recuperação.

De acordo como o projeto que o governador Ronaldo Caiado (DEM) mandou para apreciação dos deputados, em junho, pedindo autorização para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), e já aprovado, o Plano de Recuperação será formado por lei ou por conjunto de leis do Estado, por diagnóstico em que se reconhece a situação de desequilíbrio financeiro e pelo detalhamento das medidas de ajuste, com os impactos esperados e os prazos para a sua adoção.

O Plano de Recuperação, conforme descrito no texto do projeto aprovado pelos deputados, "prevê ação planejada, coordenada e transparente de todos os Poderes, suas administrações direta e indireta, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios, para corrigir os desvios que afetarem o equilíbrio das contas públicas".

Os projetos do governo são em menor número do que os de autoria dos deputados

Esse processo se dará com a implementação das medidas emergenciais e das reformas institucionais determinadas no Plano de Recuperação, cuja elaboração prévia estará a cargo do Poder Executivo. Nele, serão observados, de acordo com o governo, os princípios da sustentabilidade econômico-financeira, da equidade intergeracional, da transparência das contas públicas, da confiança nas demonstrações financeiras, da celeridade das decisões e da solidariedade entre os Poderes e os órgãos da administração pública.

Sem urgência

No primeiro semestre, a atenção dos deputados se concentrou em projetos de iniciativa de Caiado, com intenso embate entre a base aliada e a bancada de oposição. No total, foram apreciadas 52 matérias do Executivo, em regime de urgência. Uma delas se deu em torno da proposta de reforma administrativa. Outra que provocou polemica tratou do pedido de empréstimo de R$ 230 milhões, do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário, para pagar a folha dos servidores do Tribunal de Justiça, dos meses de junho e julho.

Mesmo tendo sido votadas mais de 1,4 mil propostas de iniciativa parlamentar, Humberto Aidar considera que há uma demanda represada de projetos de deputados. Por isso, defende que haja preferência de apreciação de matérias da Casa.

DIÁRIO DA MANHÃ (02/08)



'Por séculos o Homem acreditou em Adão e Eva, serpente que fala e numa maçã que condenou a humanidade!Dá para acreditar?-Edgrasbki

Café da Manhã

ULISSES AESSE ulissesaesse6@gmail.com

Eurico Barbosa é lembrado pelo seu trabalho em Goiás



A **Associação Goiana de Imprensa (AGI)** e o **Clube dos Repórteres Políticos de Goiás (CRPGO)** homenagearam ontem o escritor, ex-deputado e ex-presidente do **Tribunal de Contas do Estado (TCE) Eurico Barbosa**, em encontro com jornalistas, escritores e executivos de **Comunicação**. Um almoço festivo aconteceu no **Aquarius Restaurante**, onde, além de política, foram discutidos temas atuais do cenário regional e, também, nacional. **Valterli Guedes**, presidente da AGI, afirma que a contribuição de Eurico Barbosa na construção da democracia em Goiás foi muito grande. 'Eurico é hoje, sem dúvida, um dos importantes arquitetos da política goiana e soube, com equilíbrio, caminhar de forma serena e democrática, por onde passou, seja na imprensa, seja na política, seja na fiscalização das contas públicas'. O jornalista **João Carvalho**, vice-presidente do Clube dos Repórteres Políticos, afirmou que Eurico é 'um dos ícones da vida política de Goiás e, ao lado de grandes e valorosos nomes, ajudou o **Estado** a ter o respeito que tem hoje'. O encontro contou com a presença de dezenas de convidados e será realizado mensalmente, sempre com um homenageado, ressalta o jornalista **Welliton Carlos**, do Clube dos Repórteres Políticos. No registro ao alto, Valterli Guedes, o homenageado, Eurico Barbosa, o cinegrafista e fotógrafo **Goiano Sidney** e o sociólogo e radialista **Jones Matos**, da **Cerrado Pesquisa**.



DIÁRIO DA MANHÃ (02/08)

Caiado pede a Bolsonaro ajuda para superar crise financeira

Governador pede interferência do presidente junto ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, para permitir ao Estado de Goiás contrair empréstimos para sanar dívidas

Helton Lenine

Mais uma vez, o governador Ronaldo Caiado (DEM) apresentou ao presidente Jair Bolsonaro (PSL) as suas preocupações com as finanças de Goiás, hoje com elevadas dívidas e falta de recursos para investimentos.

Tanto na conversa quanto no discurso, na última quarta-feira, durante evento de assinatura de concessão para o prosseguimento das obras da Ferrovia Norte-Sul, o governador fez chegar a Bolsonaro as dificuldades em retirar o Estado da grave crise econômico-financeira.

"Vossa excelência sabe do quanto eu como governador tenho passado e disse ao ministro da Economia, respirando pelo canudinho. Vossa excelência me disse que era um junco. Então, presidente, eu quero que, nesses próximos dias, realmente o senhor dê uma sensibilizada maior no nosso ministro da Economia, porque eu estou precisando, pelo menos presidente, fazer um empréstimo. Eu estou há sete meses sem ter direito a tirar 1 real emprestado".

Caiado foi enfático, ao se referir ao presidente: "Eu estou como aquele cidadão que está com o CPF cassado que não tem direito a cartão de crédito, nem a cheque. Assim nós estamos no Tesouro. Presidente, o senhor pode ter certeza, o senhor terá muita alegria com o estado de Goiás".

REPRODUÇÃO



Ronaldo Caiado: Goiás precisa contrair empréstimos para pagar dívidas

Desde abril último, o governador vive a expectativa de o Estado ingressar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o que permitirá a contratação de empréstimos junto a instituições bancárias internacionais. O Palácio das Esmeraldas aguarda a possibilidade de o presidente assinar Medida Provisória para autorizar a utilização de recursos do Fundo de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para investimentos em obras infraestrutura em Goiás.

Ainda em Anápolis, Jair Bolsonaro disse que não só Goiás, mas outros estados passam pelas mesmas dificuldades financeiras. E citou: "Prezado Caiado, vi agora no Google o coletivo de sapo, é saparia. Nós, chefes de Executivo, federal, muitos estaduais e também municipais, estamos nessa saparia, na lagoa respirando com um canudinho de junco".

DÍVIDAS

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, atendeu ao pedido do Estado de Goiás e concedeu medida cautelar para que a União não faça o bloqueio de recursos devido ao não pagamento de parcelas de dois contratos de refinanciamento de dívidas no valor de R$ 8,5 milhões. As parcelas mensais somam R$ 64,5 milhões.

Esta é a segunda decisão do STF permitindo a Goiás deixar de pagar dívidas com a União ou relacionadas a débitos contraídos com aval dela. A primeira foi concedida em junho pelo ministro Gilmar Mendes, dando autorização para que o Estado suspendesse, por seis meses, o pagamento de seis contratos firmados com aval da União.

Estado aguarda aprovação do Plano Mansueto para buscar empréstimo

O governador Ronaldo Caiado afirmou que aguarda a aprovação do Plano Mansueto, pelo Congresso Nacional, para buscar recursos, através de empréstimos, para o Estado de Goiás. O plano faz parte de um pacote de reformas do Governo Federal que só devem ser colocadas em prática após a Reforma da Previdência.

Segundo o chefe do Executivo goiano, a situação é acompanhada pelo Governo do Estado, que mantém conversas com a equipe econômica do Governo Federal, na tentativa de mudar ou adaptar algumas regras previamente estabelecidas.

O governador afirmou que espera que algumas regras sejam alteradas na votação e, assim, os estados, incluindo Goiás, possam desenvolver ações tidas como "importantes e cruciais" para o desenvolvimento regional. "A aprovação da Reforma da Previdência vai destravar outras, entre elas a tributária, reformas de simplificação de várias coisas que já estão em pauta no Congresso. São matérias essenciais para o desenvolvimento do nosso país", ressalta Caiado.

PLANO MANSUETO

O Plano Mansueto – esse nome é em referência ao secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida – pretende oferecer a estados e municípios empréstimos com garantia da União. Atualmente, apenas entes com capacidade de pagamento avaliado com notas A ou B conseguem a garantia. Com a plano, as unidades com nota C seriam inclusas.

Será necessário que atenda algumas medidas fiscais para conseguir a inclusão. Goiás é um dos estados que se beneficiariam com o plano. As outras 10 são Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (todas do Centro-Oeste), Bahia, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Tocantins, Sergipe e Santa Catarina.